

## **NAS TRILHAS DE INVESTIGAÇÃO DAS ITINERÂNCIAS DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU "EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS" DA UESC**

LUCIANA SANTOS LEITÃO<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Algumas reflexões colhidas no desenvolvimento da pesquisa intitulada Itinerâncias dos Egressos da pós-graduação Lato Sensu "Educação e Relações Étnico-Raciais" (UESC): indícios da implantação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia<sup>2</sup> é a intenção deste texto, que trata sobre a investigação da implementação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia a partir das trajetórias dos egressos desta Especialização financiada pelo UNIAFRO/MEC e ofertada pela UESC entre os anos 2005 e 2008.

As políticas públicas de promoção da igualdade racial na educação promovidas pelo Ministério da Educação – MEC e pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em meados dos anos 2000, buscavam atender às modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 no que diz respeito ao ensino das relações étnico-raciais, ao estimular ações de instituições do ensino superior para qualificação de docentes na educação básica.

Várias ações de formação docente e elaboração de material didático foram organizadas pelo governo federal, mas a infraestrutura para atuação da execução da lei dependeria, como a pesquisa de Negreiros (2017) indica, de um cenário de participação de movimentos sociais.

Desde minha formação na Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia e nas primeiras experiências como docente na

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGES/UFSB, Professora Assistente da UESC/DCIE. Mestre em Educação e Contemporaneidade e Licenciada em Ciências Sociais. E-mail [lsleitao@uesc.br](mailto:lsleitao@uesc.br)

<sup>2</sup> A proposta de pesquisa em desenvolvimento no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade-PPGES/ UFSB sob orientação da Dr<sup>a</sup> Eliana Povoas Pereira Estrela Brito.



Educação Básica, acompanho as discussões sobre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, que sinaliza as reformas educacionais de contexto neoliberal (DOURADO, 2002). Desde 2003, com o acréscimo na lei do artigo 26-A – que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira – verifica-se que estamos lidando com constantes desafios para demarcação da presença da temática Étnico-racial e da diversidade da Cultura Afro-brasileira nos espaços escolares. A resistência decorre dos moldes identitários homogêneos presentes nos currículos escolares, que reproduzem os mecanismos resultantes da presença do mito da democracia racial e do racismo estrutural na nossa sociedade.

Minha trajetória como docente universitária negra vem acompanhada do enegrecimento de minhas ações acadêmicas. Ainda que o espaço universitário seja padronizadamente embranquecido, nós docentes negros, reexistimos e resistimos nas atuações epistêmicas da presença da população negra nos espaços de ensino superior.

Em 2013, 10 anos de implantação da Lei 10639/03, o tema da História e Cultura Afro-Brasileira é efetivado no currículo do curso de Pedagogia da UESC através dos componentes curriculares Diversidade Cultural e Educação (obrigatória) e Educação e Relações Étnico-raciais (optativa). Atuei nestas disciplinas de natureza étnico-racial na UESC, e a preocupação com o modo como esses componentes são ofertados aos discentes durante e após suas primeiras experiências no Estágio Curricular motivaram a proposta e execução de dois Projetos de Ensino, com o propósito de desenvolver/estimular a atuação dos licenciados da UESC na temática das Relações Étnico-raciais – fomentada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 – nos processos educativos.

A vivência acadêmica na UESC permitiu acesso a documentos e relatos sobre a existência da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais ofertada por esta instituição entre os anos de 2005 e 2008, através do Programa de Democratização do Acesso e Permanência de Estudantes das Classes Populares – PRODAPE. Esta confluência de fatores aproximou-me de



um grupo de docentes e profissionais oriundos daquela especialização, despertando, deste modo, esta proposta de pesquisa.

## **ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA UESC**

Em meados dos anos 2000, políticas de promoção da igualdade racial na educação, fruto de protocolo de intenções entre o MEC e a SEPPIR, intencionaram articular ações interseccionais da educação das relações étnico-raciais e da educação antirracista. No ano de 2005, o MEC, para estimular atividades de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e centros e núcleos de universidades públicas estaduais e federais, organizou o Programa Uniafro<sup>3</sup>. O Edital nº 01 do Uniafro, de 26 de abril de 2005, constitui uma das estratégias para estimular ações de promoção da igualdade racial. O Uniafro teve vigência entre os anos de 2005 e 2012 por meio de quatro editais nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2009, segundo informações de Negreiros (2017) sobre dados publicados no Diário Oficial da União a respeito dos convênios com as universidades contempladas pelos editais.

A Especialização Educação e Relações Étnico-raciais integrou o Programa Bantu-lê: África- Brasil e Educação das Relações Étnico-Raciais, que foi uma proposta selecionada nos editais do UNIAFRO/MEC de 2005.2 e 2006.1 (JOSE, MEIRELES, DIAS, GALDINO e GONÇALVES, 2012). O Programa Bantu-lê foi elaborado pelo Programa de Democratização do Acesso e Permanência de Estudantes das Classes Populares (PRODAPE), que iniciou suas atividades no mesmo ano na UESC. O PRODAPE estava lotado no DCIE – Departamento de Ciências da Educação na UESC e foi uma estratégia de ação conjunta com o Projeto Pré- Universitário para Negros e Excluídos (PRUNE) para possibilitar a continuidade das atividades do PRUNE.

Os editais dos quais a UESC/PRODAPE participou no programa

---

<sup>3</sup> Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.



Uniafro/MEC de 2005 e 2006 tinham como objetivo, segundo Negreiros (2017), apoiar as ações que devem ou deveriam ser implementadas nas instituições públicas de ensino superior visando atuação e o fortalecimento institucional dos NEABs e/ou órgãos correspondentes. O Programa PRODAPE – Bantu-lê, segundo relato (JOSE, MEIRELES, DIAS, GALDINO e GONÇALVES, 2012), resulta da mobilização ativa de movimentos sociais e da sociedade civil, que pressionaram por discussões e iniciativas de ações afirmativas no espaço acadêmico na UESC. Segundo os pesquisadores, a existência deste programa foi fundamental para o processo de adoção de cotas, efetivado na UESC em 2006.

Em 2008, o programa PRODAPE – Bantu-lê encerrou suas atividades. Desde então, a instituição vem buscando apoio e recursos que permitam a permanência qualitativa dos estudantes cotistas. Segundo dados mais atualizados sobre cotistas na UESC, este grupo é o que mantém as melhores médias de conclusão dos cursos (FIGUEREDO, FERRAZ e MIDDLEJ, 2017).

O grupo oriundo da especialização em Educação e Relações Étnico-raciais participou e testemunhou este processo na UESC e deve ter acompanhado as polêmicas discussões da implementação efetiva das políticas públicas direcionadas à população negra. Os espaços acadêmicos com temáticas delineadas historicamente por um discurso universalista baseado no mérito foram conduzidos a repensar suas práticas que resultam de um processo histórico já então enunciado pelo movimento negro no Brasil.

A implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é resultado da mobilização social, e desta ação decorrem "exigências éticas, epistemológicas, pedagógicas" (BRASIL, 2004a, 2004b) que buscam conhecer e desvendar as condições e contextos sobre como são tecidas as relações sociais para o exercício da cidadania (SILVA, 2007).

A obrigatoriedade da Lei 10.639/03 provocou reflexões que estimulam atingir os elementos de percepção sobre a socialização dos brasileiros de



diferentes origens étnico-raciais, “particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros” (SILVA, 2007, p.490)

O propósito da educação das relações étnico-raciais volta-se à formação de cidadãos e a promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos e econômicos, dos direitos de ser, viver e pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais, indica-se que esta deve ser conduzida tendo-se como referências os seguintes princípios: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (SILVA, 2007, BRASIL, 2004a, 2004b)

No processo de ensinar e de aprender em sociedades multiétnicas, deve-se tratar de identidades e de conhecimentos que indiquem como as relações de poder refletem as estruturas de desigualdades sociais e étnico-raciais. Participar de formação na temática Étnico-racial significa uma busca quanto à resistência ao poder que é silenciado, que existem diferentes entendimentos e aponta para a complexidade presente no cotidiano familiar e escolar, o que segundo Cavalleiro (2000) é um dos modos como os espaços escolares podem reagir no enfrentamento das questões étnico-raciais.

Os docentes que passam pela formação para Educação e Relações Étnico-raciais são apresentados ao exercício da descolonização das referências, uma tarefa que não pode ser realizada sozinha, mas conjugada com outras formações que apresentem ou estimulem nos docentes a busca de referenciais centrados e articulados com a realidade local na qual a comunidade escolar está inserida.

Conhecer as experiências e trajetórias desenvolvidas por professores egressos daquela especialização ofertada no Sul da Bahia, negros e não negros, que podem ter apoio do Movimento Negro ou de outros movimentos sociais, pode ser entendimento e suporte para execução da determinação



legal apontada no Parecer CNE/CP 3/2004, do Conselho Nacional de Educação.

## **NARRATIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

As narrativas e histórias de vida remetem-me ao entendimento de um campo de conhecimento que, além da perspectiva metodológica, instiga reflexões de narrativas como criação provocada por uma pergunta sobre um momento ou assunto, permeada por objetos que costuram elos com dados levantados, produtos e textos produzidos pelos sujeitos e interpretados pelo sujeito pesquisador.

Nas últimas décadas do século XX, houve esforços para desconstruir as bases do pensamento racista elaboradas desde a abolição. O projeto nacional brasileiro utilizou o ideal de branqueamento que foi articulado aos elementos do desenvolvimento no país, perspectiva que predominou até os anos 30. Na Era Vargas, a ideologia da democracia racial é instigada e predomina até os anos 80 e, daí adiante, o debate sobre a questão racial é acionado pela articulação do Movimento Negro durante a redemocratização. (JACCOUD, 2008). As desigualdades raciais, antes indicadas como resultados históricos acúmulos da pobreza, por conta do debate, são apresentadas como reflexos dos mecanismos discriminatórios.

Apesar de todo este contexto de lutas, nas primeiras atividades acadêmicas no Sul da Bahia identifiquei um desconforto entre os licenciandos da UESC, ao tratar de conceitos articulados à temática étnico-racial, a saber: discriminação, preconceito, estereótipos e racismo. As leituras e discussões sobre estes temas acionam, entre os participantes, memórias de circunstâncias vivenciadas que foram silenciadas ou interpretadas como cotidianas e que são reposicionadas ou descritas por novos termos e contextos, indicando o desconforto do entendimento de dado contexto de submissão que as pessoas negras e minorias estão submetidas.



Ao tratar da memória coletiva, Pollak (1989) se interessa pelos processos e os atores associados ao trabalho de constituição e de formalização das memórias. Estes elementos indicam o apagamento das discussões quanto às questões raciais na memória coletiva nacional, que associa aos elementos predominantes das questões miscigenadas que não são associadas às condições da existência de discriminação e racismo, e que à medida que se discute as questões sociais, as discussões caminham para memórias subterrâneas:

essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p.04)

Relatos da nossa historiografia local, das resistências populares e narrativas familiares transmitidas de uma geração a outra via oralmente, quando apresentadas e reinterpretadas como cenários de resistência, como a resistência escrava do Rio do Engenho em Ilhéus, pode

As resistências populares e narrativas familiares da historiografia local que são transmitidas oralmente de uma geração a outra, quando apresentadas e reinterpretadas como cenários de resistência, como a resistência escrava do Rio do Engenho em Ilhéus, indicam que

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.05)

Deste modo, torna-se comum que muitos discentes desconheçam sobre a Resistência Escrava que ocorreu na Capitania de Ilhéus em 1789, assim como ignoram a existência de populações quilombolas na região. As



pesquisas que descrevem as resistências populares estão, ainda, silenciadas nos conteúdos curriculares, apesar da lei apontar há quase 20 anos, para sua presença nos espaços escolares e não escolares.

Nem tudo está em silêncio. Os alunos de origem quilombola, indígena ou com formação crítico-política, ainda poucos, apontam o deslocamento das "fronteiras desses silêncios e 'não-ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente" (POLLAK, 1989, p. 08) e retomam vozes já descritas em pesquisas e não escutadas na UESC e outros espaços educacionais. Resistem e apontam-nos os conflitos cotidianos em municípios e na região de abrangência da Instituição.

Delimitar como objetivo de pesquisa a investigação da implementação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia mediante as trajetórias dos egressos desta Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais é acessar as narrativas dos egressos que podem indicar "um traço no lugar dos atos, uma relíquia no lugar das performances: esta é apenas o seu resto, o sinal de seu apagamento" (CERTEAU, 1994, p. 99, grifos do autor). Analisar os relatos é buscar uma projeção de um contexto, a oferta sobre a primeira especialização gratuita na UESC, pela escuta dos profissionais formados que concretamente podem ter realizado efetivamente a implementação da Lei 10.639/03.

O que pode ser compreendido nos relatos sobre dificuldades e bloqueios durante o relato dos egressos, como alerta Pollak, pode não indicar esquecimentos, mas o entendimento da utilidade de falar sobre acontecimentos sociais e ou acadêmicos daquele momento de formação no curso, que de algum modo pode indicar o contexto das questões raciais no Sul da Bahia. O autor indica que "no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida" (POLLAK, 1989, p.15)

No momento de contato e escuta do relato das vivências com os egressos da Especialização, os sujeitos da pesquisa, a performance da oralidade estará presente nos gestos como uma prática performática,



improvisada pode indicar uma experiência enraizada. O corpo em performance, segundo Martins (2003), remete a inscrição do conhecimento grafada no gesto, revelando o que está oculto em texto, a memória do conhecimento, que recriado em ambientes de memória ou por repertórios orais, gestuais são técnicas de transmissão de saberes.

Neste ponto, relaciono que as performances rituais, que Martins descreve às narrativas docentes, destacadas pelos autores Meireles e Souza (2003), a complexidade das experiências espaço temporais que indicam desafios e enfrentamentos da construção da identidade profissional e o exercício da profissão nos deslocamentos ou travessias entre os espaços da residência, Universidade e o ambiente de trabalho.

Ainda sobre a formação destes egressos podemos considerar as contribuições apontadas por Meireles e Souza (2003) sobre a formação em deslocamentos entre espaço de atuação profissional e de formação docente. Dos sentidos das experiências narradas e das redes tecidas nesses momentos de trocas que podem ter contribuído no ato de apropriação e reconfiguração sobre as questões étnico-raciais da formação dos egressos e na atuação destes podem configurar em performances na atuação na docência, construídas nas relações estabelecidas, também, nos deslocamentos espaço-temporais e nas reflexões epistêmicas entre os saberes e memórias individuais e coletivas.

Dos cruzamentos de diferentes saberes, cultura negra, de outras interpretações sistêmicas e epistêmicas já decorrentes da atuação de egressos e militantes negros e de ações pontuais da UESC sobre questões raciais? São encruzilhadas? Estão em execução ou em ações nos espaços escolares ou nas reformulações curriculares em andamento?

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Os itinerários dos egressos da Especialização em Educação e Relações



Étnico-raciais (UESC) podem apontar para tramas sociais e históricas específicas da região Sul da Bahia, e podem ajudar na construção de reflexões do fazer pedagógico, permitindo-nos entender e estabelecer elementos de articulação e planejamento quanto às realidades vivenciada e à análise desde a formação inicial dos licenciandos no Sul da Bahia até a construção de estratégias de formação específicas para a realidade deste espaço social.

As leituras e discussões em memória e narrativas de vida estimulou o entendimento que a escuta dos egressos da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais será através da análise das narrativas sobre a trajetória destes profissionais do momento vivenciado há 14 anos até o momento atual. Na escuta e na interpretação das trajetórias dos egressos indicam a possibilidade da hermenêutica de si, da pesquisadora que constitui uma descrição da trajetória quanto à temática étnico-racial e como revisito minha atuação profissional na educação básica até o ensino superior.

Esta pesquisa pretende somar-se a outras já realizadas e discutidas no Brasil e, também, na Bahia sobre formação docente para implementação da Lei 10.630/03. Objetiva-se contribuir com as especificidades da dinâmica de execução desta temática na Educação Básica no Sul da Bahia. Desejamos instigar a construção de uma rede interinstitucional de pesquisadores da UESC, da UFSB e de outras instituições, para possibilitar a elaboração de um plano regional de formação e apoio de docentes da Educação Básica na Educação para as Relações étnico-raciais do Sul da Bahia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, 2004a. [www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne)

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a**



educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília, 2004b. [www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne)

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar, ao silêncio da escola. Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade** [online]. 2002, v. 23, n. 80 [Acessado 26 Outubro 2021], pp. 234-252. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>. Epub 11 Dez 2002. ISSN 1678-4626.

FIGUEREDO, Diogo Barbosa. FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. Políticas de ações afirmativas: estudo das reservas de vagas da Universidade Estadual de Santa Cruz. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v.10, n.3, setembro de 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n3p140/35278>

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília, Ipea, 2008. P 45-66.

JOSE, Wagner Duarte José, MEIRELES Andréa Maria Brandão, DIAS, Girlene Écio Damasceno, GALDINO, Daniela, GONÇALVES, Alba Lucia. A implantação da reserva de vagas na universidade Estadual de Santa Cruz: uma trajetória de mobilização social. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão.** Salvador: CEAO, 2012. p.149 - 162

MARTINS, L. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881> Acesso em: 15 set. 2022.

MEIRELES, Mariana Martins de M. SOUZA, Elizeu Clementino de. Experiências espaciais e (auto)biografia: geobiografizando a vida e a profissão em contextos rurais. In: PASSEGGI, Paula P.V. SOUZA, Elizeu Clementino (orgs) **Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação.** 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. pp 195 - 208

NEGREIROS, D.F. Africanidades e Uniafro: experiências inconclusas. In: \_\_\_\_\_ **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 93-141. ISBN: 978-85-68576-94-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576946.0004>.

# "ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. volume 2, número 03, Rio de Janeiro, ano 1989, pp 03-15.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.